

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 7.173, DE 2002

“Dispõe sobre o exercício da profissão de Topógrafo.”

Autor: Deputado JAIR BOLSONARO

Relator: Deputado PAULO ROCHA

I - RELATÓRIO

A proposição em análise, de autoria do Deputado Jair Bolsonaro, pretende regulamentar as atividades profissionais de Topógrafo.

Dispõe, em resumo, sobre os profissionais que poderão exercer as atividades descritas na proposição e suas atribuições.

Além disso, a fim de que seja feita a fiscalização dos que exercem as atividades de topógrafo, a proposição estabelece que a inscrição profissional deverá ser feita nos Conselhos de Topografia, cuja criação também se propõe.

Em sua justificação, argumenta o Autor que, embora cerca de oito mil topógrafos exerçam a atividade de forma autônoma, como pequenos empresários de firmas de topografia, como empregados de firmas construtoras e de terraplanagem ou como funcionários da administração pública, a profissão não é reconhecida legalmente.

No prazo regimental de 5 (cinco) sessões, não foram apresentadas emendas ao projeto.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Afigura-se-nos muito justo o objeto da presente proposição. Como afirmado na justificção ao projeto, a profissção de topógrafo está a merecer o seu devido reconhecimento, em virtude das inúmeras e importantes atribuições cometidas a esses profissionais.

Em que pese, a nosso ver, o acerto da medida pleiteada, há que se promover algumas alterações na proposta em análise, com vistas a adequá-la aos termos do Verbete nº 2, editado por esta Comissão.

Saliente-se que todos os artigos que disciplinam a criação e o funcionamento dos Conselhos Federal e Regionais de Topografia devem ser excluídos do projeto, uma vez que o Supremo Tribunal Federal já decidiu, reiteradamente, que esses órgãos de fiscalização profissional possuem natureza jurídica de autarquia federal. Assim sendo, a competência para criar e disciplinar tais órgãos é exclusiva do Poder Executivo, nos termos da alínea “e” do inciso II do § 1º do art. 61, c/c o inciso VI do art. 84, ambos da Constituição Federal.

Optamos por apresentar um Substitutivo, a fim de sanar as irregularidades apontadas, nos termos do Verbete mencionado.

Diante dos argumentos expostos, manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei nº 7.173, de 2002, nos termos do Substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em de de 2008.

Deputado PAULO ROCHA
Relator

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 7.173, DE 2002

“Dispõe sobre o exercício da profissão de Topógrafo.”

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O exercício da profissão de Topógrafo obedece ao disposto na presente lei.

Art. 2º Poderão exercer a atividade de Topografia:

I - os portadores de diploma em curso de graduação em Topografia expedido por escolas ou instituições devidamente autorizadas ou credenciadas nos termos da legislação pertinente;

II - os portadores de diploma em curso de graduação em Topografia expedido por instituição de ensino estrangeira, revalidado na forma da legislação em vigor;

III - os profissionais que já venham, comprovadamente, exercendo atividades de Topografia há pelo menos um ano em entidade pública ou privada, até a data de publicação desta lei.

Art. 3º Compete ao Topógrafo:

I - efetuar levantamentos da superfície e subsolo da terra, de sua topografia natural e das obras existentes, determinando o perfil, a localização, as dimensões exatas e a configuração de terrenos, campos e estradas;

II - fornecer os dados básicos necessários aos trabalhos de construção, exploração e elaboração de mapas;

III - analisar mapas, plantas, títulos de propriedade, registros e especificações, estudando-os e calculando as medições a serem efetuadas para preparar esquemas de levantamentos topográficos, planimétricos e altimétricos;

IV - efetuar o reconhecimento básico da área programada, analisando as características do terreno para decidir os pontos de partida, vias de melhor acesso e selecionar materiais e instrumentos;

V - realizar levantamentos da área demarcada, posicionando e manejando teodolitos, níveis, trenas, bússolas, telêmetros e outros aparelhos de medição para determinar altitudes, distâncias, ângulos, coordenadas, referências de nível e outras características da superfície terrestre, de áreas subterrâneas e de edifícios;

VI - registrar, nas cadernetas topográficas, os dados obtidos, anotando os valores lidos e os cálculos numéricos efetuados para analisá-los posteriormente;

VII - avaliar as diferenças entre pontos, altitudes e distâncias, aplicando fórmulas, consultando tabelas e efetuando cálculos baseados nos elementos coligidos para complementar as informações registradas e verificar a precisão das mesmas;

VIII - elaborar esboços, plantas e relatórios técnicos sobre os traçados a serem feitos, indicando pontos e convenções para desenvolvê-los sob a forma de mapas, cartas e projetos;

IX - supervisionar os trabalhos topográficos, determinando o balizamento, a colocação de estacas e indicando referências de nível, marcos de locação e demais elementos para orientar seus auxiliares na execução dos trabalhos;

X - zelar pela manutenção e guarda dos instrumentos, aferindo-os e retificando-os, para conservá-los nos padrões requeridos;

XI - desenhar plantas detalhadas das áreas levantadas;

XII - coordenar equipes de topógrafos e auxiliares, especificando as tarefas a serem realizadas, determinando o modo de execução, o grau de precisão dos levantamentos e as escalas de apresentação das plantas.

Art. 4º Ao Topógrafo é vedado:

I - prejudicar, por dolo ou culpa, os interesses que lhe forem confiados;

II - auxiliar, ou por qualquer meio facilitar, o exercício da profissão aos não inscritos;

III - fazer anúncio ou impresso relativo à atividade profissional sem mencionar o número da inscrição;

IV - violar o sigilo profissional;

V - negar aos interessados prestação de contas ou recibo de quantias ou documentos que lhe tenham sido entregues a qualquer título;

VI - violar obrigação legal concernente ao exercício da profissão;

VII - praticar, no exercício da atividade profissional, ato que a lei defina como crime ou contravenção;

Art. 5º Esta lei entra em vigor após a instituição do órgão fiscalizador da profissão de Topógrafo.

Sala da Comissão, em de de 2008.

Deputado PAULO ROCHA
Relator